



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

2º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE VITÓRIA/ES

Competência: matéria cível, excluindo a previdenciária.

Juiz Federal Titular: Cristiane Conde Chmatalik

Juiz Federal Substituto: Eduardo Nunes Marques

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 13 a 17 de junho de 2016, a correição ordinária eletrônica do 2º Juizado Especial Federal de Vitória/ES.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

- Nas próximas correições, responder satisfatoriamente ao questionário de pré-correição que é enviado anteriormente pelo Setor de Correição deste Tribunal;
- Buscar o cumprimento da Meta 02 do CNJ, atentando para os processos listados neste relatório;
- Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, uma vez que há processos sem movimentação desde 2008;
- Dar andamento aos processos conclusos com prazo vencido;
- Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado ou tenha sido cadastrado equivocadamente, de forma também a evitar a classificação como “vazias”;
- Observar a correta classificação, no corpo do texto, das sentenças;
- Regularizar o cadastro dos tipos de intimação de sentença, de modo a evitar a sua duplicidade, devendo ser aberto chamado junto à informática, se for o caso;
- Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto superior direito da página) quando do registro do movimento de conclusão;
- Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;
- Informar a situação dos livros e pastas existentes fisicamente, na forma dos arts. 147 a 151 da CNCR.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

A Procuradoria da República e a Defensoria Pública da União, apesar de instadas a acompanharem os trabalhos desta correição, não enviaram ofícios designando procurador ou defensor, nem tampouco apresentaram qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, também, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/ES.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: não respondido no questionário pré-correição.

. Titular: Cristiane Conde Chmatalik, em exercício desde 14/07/2005.

. Substituto: Eduardo Nunes Marques, em exercício desde 26/12/2012.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1.1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: não respondido no questionário pré-correição.

Total de Servidores lotados na Vara: 13

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 09

Técnico Judiciário/Segurança: não respondido no questionário pré-correição

Auxiliar Judiciário: não respondido no questionário pré-correição

Estagiários: não respondido no questionário pré-correição

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.1.

→ ACERVO TOTAL

(artigos 32 a 36 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Acervo Juizados	Correição Agosto/2014	Correição junho/2016
Total	6.031	10.495
Suspensos	3.773	7.795
Tramitação ajustada	2.258	2.700

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em agosto/2014 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 08/06/2016.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/06/2015 a 31/05/2016):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	4.954	49,55	11
Decisão	2.437	24,37	13
Sentença	2.607	26,08	153
Total Geral	9.998	100,00	49

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 08/06/2016.

→ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

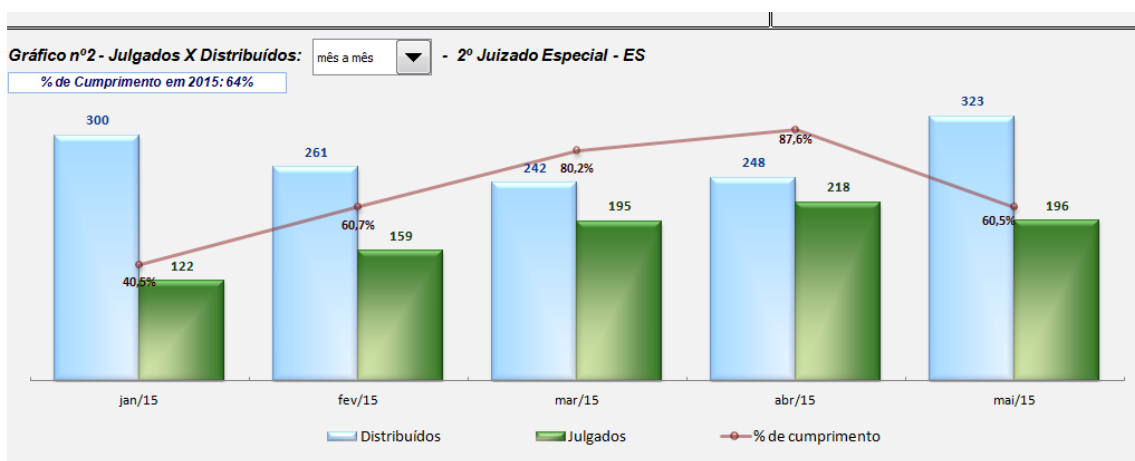
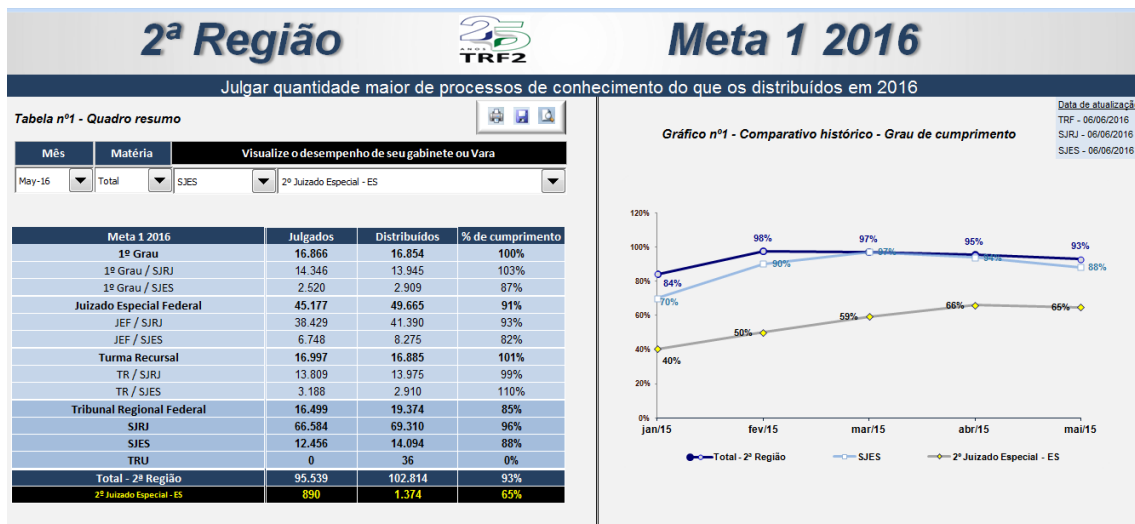


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

I – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 65%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 08/06/2016.

II – META 2/2016: Julgar processos mais antigos

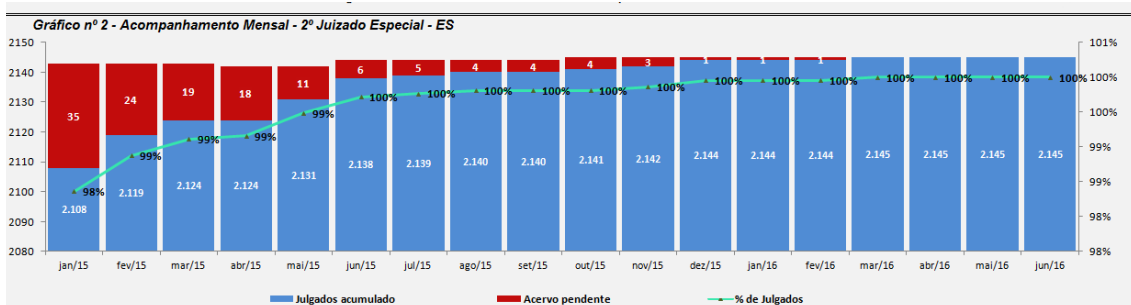
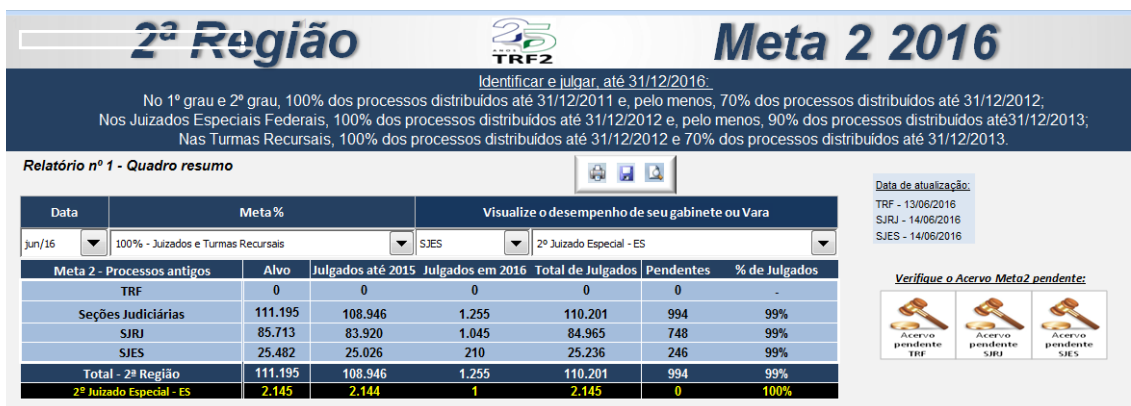


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

1 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, o órgão correccionado cumpriu 100% da meta, conforme gráfico a seguir:



II - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, o órgão correccionado cumpriu 100% da meta, constando **03** processos pendentes, conforme gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região **Meta 2 2016**

Identificar e julgar até 31/12/2016:
No 1º grau e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012;
Nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013;
Nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

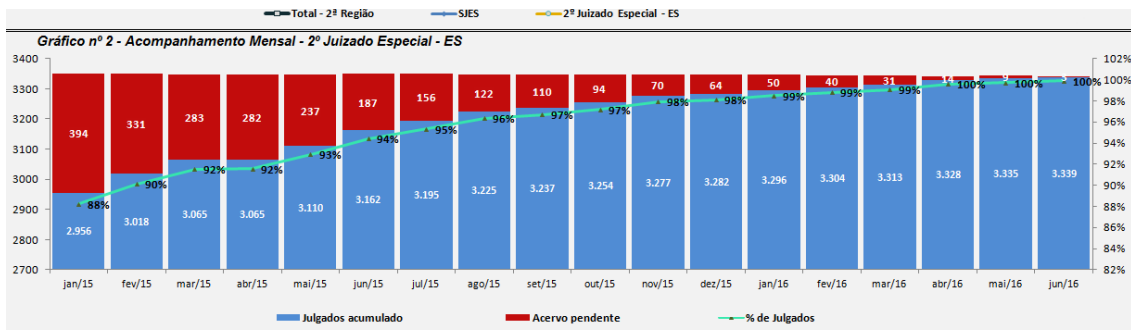
Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta%	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
Jun-16	90% - Juizados	S.JES 2º Juizado Especial - ES				
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	0	0	0	0	0	-
Seções Judiciárias	138.244	134.071	2.136	136.207	2.037	99%
SJRJ	110.450	107.220	1.580	108.800	1.650	99%
SJES	27.794	26.851	556	27.407	387	99%
Total - 2ª Região	138.244	134.071	2.136	136.207	2.037	99%
2º Juizado Especial - ES	3.342	3.282	57	3.339	3	100%

Data de atualização:
TRF - 13/06/2016
SJRJ - 14/06/2016
SJES - 14/06/2016

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Acervo pendente TRF, Acervo pendente SJRJ, Acervo pendente SJES



Ano: 2016
Mês: Junho
Vara: 2º Juizado Especial - ES

Acervo pendente SJES

Contar de Processo	Última movimentação		Total geral
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2013	2	1	3
Total geral	2	1	3

→ Sem movimentação há mais de 100 dias: 01 processo

00013956020134025050 51001-JUIZADO/CÍVEL

O referido processo foi analisado, eletronicamente:

00013956020134025050 – Autuado em 04/04/2013. Decisão designando audiência de conciliação para o dia 07/06/2013, em 05/04/2013 (fl. 67).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Audiência realizada em 07/06/2013, em que foi aberto prazo para contestação da ré, diante da ausência de conciliação (fl. 85). Decisão indeferindo o requerimento da autora, em 13/06/2013 (fl. 86). Feito convertido em diligência para determinar a intimação da CEF para juntar documentos que demonstrem as duplicatas cobradas, em 25/05/2015 (fl. 154). Petição da CEF, em 11/06/2015, e do autor, em 23/06/2015 (fls. 157/166). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença desde 11/11/2015.**

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: **02** processos

00051496020134025001	51001-JUIZADO/CÍVEL
00016866020134025050	51001-JUIZADO/CÍVEL

Os referidos processos foram analisados, **eletronicamente**:

00051496020134025001 – Autuado em 24/05/2013. Decisão determinando a inversão do ônus da prova, indeferindo o pedido da tutela antecipada e determinando a citação da ré, em 26/06/2013 (fl. 33). Feito convertido em diligência para designar audiência de conciliação para o dia 01/07/2015, em 01/06/2015 (fl. 49). Audiência realizada em 01/07/2015, em que a proposta de conciliação não foi aceita pelo autor (fl. 54). Despacho determinando a intimação da ré para juntar documentos, em 01/09/2015 (fl. 57). Despacho determinando a realização de exame grafotécnico, em 17/11/2015 (fls. 72/73). Despacho determinando a intimação da autora para fornecer seus padrões gráficos, em 03/02/2016 (fl. 91). Despacho determinando a manifestação do perito sobre os quesitos, em 07/06/2016 (fl. 123). Último movimento: remessa/carga para o perito por motivo de aguardando laudo, em 07/06/2016.

00016866020134025050 – Autuado em 03/05/2013. Processo com segredo de justiça, conforme despachos de fls. 65 e 93. Despacho determinando a citação da ré, em 06/05/2013 (fl. 30). Feito convertido em diligência para que a autora cumpra diversas medidas, em 01/08/2014 (fls. 43/44). Decisão chamando o feito à ordem para intimar a autora para se manifestar, em 02/12/2015 (fls. 175/176). Despacho deferindo a dilação de prazo formulada pela autora, em 10/05/2016 (fl. 189). Último movimento: remessa/carga para o autor por motivo de manifestação, em 20/05/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 15/06/2016 e consultas ao Apolo, posição até 15/06/2016.

III – META 03/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho).

Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Em razão da não disponibilização dos mapas necessários no Portal de Estatísticas deste Tribunal, não foi possível verificar o cumprimento desta meta.

IV – META 4/2016: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Não se aplica.

V – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Tribunais Regionais Federais)

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 119%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região **Meta 5 2016**

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado

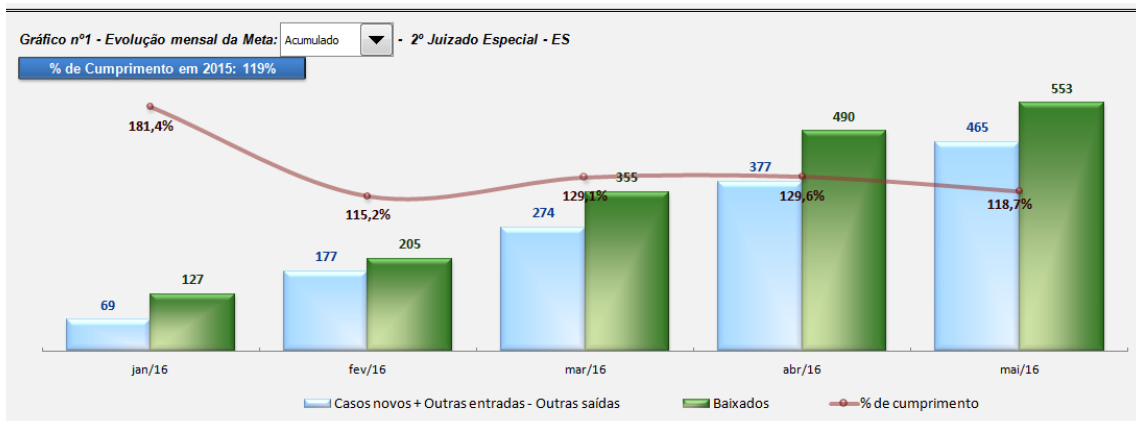
Mês: May-16 | S.JES | 2º Juizado Especial - ES

Percentual de cumprimento = $\frac{(SP5.3)}{(SP5.1 + 1 + SP5.5 - SP5.7)} \times 100$

Meta 5 2015	Remanescente	PS.1-Casos novos	PS.3-Baixados	PS.5-Outras entradas	PS.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	13.155	8.110	4.605	4.784	40.056	62%
1º Grau / SJRJ	27.197	11.734	5.601	4.001	4.149	33.182	48%
1º Grau / SIES	7.993	1.421	2.509	604	635	6.874	180%
Juizado Especial Federal	10.803	14.042	15.166	700	154	10.225	104%
JEF / SJRJ	8.788	11.838	12.458	666	152	8.682	101%
JEF / SIES	2.015	2.204	2.708	34	2	1.543	121%
SJRJ	35.985	23.572	18.059	4.667	4.301	41.864	75%
SJES	10.008	3.625	5.217	638	637	8.417	144%
Total - 2ª Região	45.993	27.197	23.276	5.305	4.938	50.281	84%
2º Juizado Especial - ES	476	458	553	7	0	388	119%

Verifique o Acervo Meta5 atual:

Acervo pendente SJRJ | Acervo pendente SIES



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas

Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus

Não se aplica.

VII – META 7/2016: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2016: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

**→ AUDIÊNCIAS (DE 01/06/2015/2015 A 31/05/2016)
(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 1.113 audiências designadas, sendo a primeira de 03/06/2015 e a última de 20/05/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

**1. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)**

Analizados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, **não foi encontrado nenhum local virtual destinado às petições iniciais.**

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 15/06/2016.

2. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 87 documentos, sendo mais antigo o de 12/06/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 15/06/2016, às 17h 20min.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

"De regra, a secretaria se vale de um filtro de qualidade no sentido de que as minutas a serem conferidas e assinadas sejam elaboradas em no máximo 10 (dez) dias da chegada do processo na mesa do servidor/estagiário responsável.

Convém ressaltar que as minutas lançadas são textos padronizados para situações que se repetem, mediante orientação dos magistrados, o que agiliza a elaboração das minutas e invariavelmente do texto final efetivamente assinado.

Quanto ao tempo médio supramencionado pode ser assegurado que não excede os trinta dias, diante do exposto retro. a análise das iniciais e da prevenção é feita por servidor especializado com formação em direito.

Havendo pedidos liminares de outras naturezas os feitos são prontamente conclusos aos gabinetes cujas assessorias interrompem o curso de suas atividades para elaboração da minuta correlata à decisão que, via de regra, tem sua assinatura não tardando mais de 05 (cinco) dias."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 13

b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 338

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

- 036948120144025050 – trata-se de ação revisional previdenciária, distribuída em 24/04/2014. Último movimento: Certidão de prazo para contestação informando que esta foi apresentada no prazo legal, 01/07/2014. **Concluso para Sentença desde 01/07/2014.**
- 01037761520144025050– trata-se de ação ordinária em face do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo-IFES, distribuída em 25/04/2014. Último movimento: Juntada de petição do autor informando não concorda com o acordo proposto, 22/07/2014. **Concluso para sentença desde 22/07/2014.**
- 01058426520144025050 – trata-se de ação ordinária em face da CEF, distribuída em 18/06/2014. Último movimento: **Juntada de réplica do autor, 27/08/2014.**
- 01137870620144025050 - trata-se de ação ordinária em face da CEF, distribuída em 06/11/2014. Último movimento: **Concluso para despacho desde 24/02/2016.**
- 01101799720144025050- trata-se de ação de repetição de indébito em face da União Federal, distribuída em 10/09/2014. Último movimento: **Concluso para despacho desde 15/04/2016.**
- 01080121020144025050– trata-se de indenização de danos morais e materiais em face do CRC/ES, distribuída em 12/08/2014. **Concluso para sentença desde 01/10/2014.**
- 00039270720134025050 - trata-se de ação ordinária em face da União federal, distribuída em 10/10/2013. Último movimento: **Concluso para decisão desde 26/01/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00002604220154025050- trata-se de ação ordinária de manutenção de pensão em face da União federal, distribuída em 28/08/2015. Último movimento: **Concluído para decisão desde 01/04/2016.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	08/06/2016
Último Movimento até	07/06/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	78	98,73
Mais de 60	1	1,27
Total Geral	79	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

- 00099566820164025050 - Em 08/06/2016, o processo foi suspenso por em razão do Recurso Especial 1.381.683-PE. **S.m.j., o motivo da suspensão foi cadastrado como Repercussão Geral, quando o motivo correto, seria " Recurso Repetitivo".**
- 00018888220164025001 - Em 08/06/2016, o processo foi suspenso por em razão do Recurso Especial 1.381.683-PE. **S.m.j., o motivo da suspensão foi cadastrado como Repercussão Geral, quando o motivo correto, seria " Recurso Repetitivo".**
- 00099722220164025050- Em 08/06/2016, o processo foi suspenso por em razão do Recurso Especial 1.381.683-PE. **S.m.j., o motivo da suspensão**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

foi cadastrado como Repercussão Geral, quando o motivo correto, seria " Recurso Repetitivo".

- 00099990520164025050- Em 08/06/2016, o processo foi suspenso por em razão do Recurso Especial 1.381.683-PE. **S.m.j., o motivo da suspensão foi cadastrado como Repercussão Geral, quando o motivo correto, seria " Recurso Repetitivo".**
- 00098743720164025050- Em 08/06/2016, o processo foi suspenso por em razão do Recurso Especial 1.381.683-PE. **S.m.j., o motivo da suspensão foi cadastrado como Repercussão Geral, quando o motivo correto, seria " Recurso Repetitivo".**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)

Aguardando juntada, em 08/06/2016, consta apenas 01 documento, referente ao processo nº 00027344920164025050.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 09/06/2016.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existe o seguinte local virtual de controle de prazo:

. PRAZO GERAL: 713 documentos, sendo o mais antigo de 08/03/2016;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 16/06/2016.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foi verificado o seguinte local virtual:

. Setor de Cumprimento em Geral: 08 documentos, sendo o mais antigo de 16/06/2015;

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 17/06/2016.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

Posição em	08/06/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	25
Total Geral	25

Por amostragem, também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

- 00016866020134025050 : Regular a informação no sistema Apolo , bem como despacho respectivo em 16/09/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 01033748120144025001: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 21/05/2014).
- 01108892020144025050: Regular a informação no sistema Apolo , bem como despacho respectivo em 04/11/2014.
- 01083897820144025050: Regular a informação no sistema Apolo , bem como despacho respectivo em 19/08/2014.
- 01098179520144025050 : Regular a informação no sistema Apolo , bem como despacho respectivo em 15/12/2014.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça. Posição em 08/06/2016.

10. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	06/2015 a 05/2016
	Processos	6.227
	Boletins	353
	Média (Proc. / Bol.)	17,64
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,18

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicação, extraído em 08/06/2016.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **286** processos com prazo vencido, sendo os mais antigos os abaixo discriminados:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0000161-14.2011.4.02.5050	CEF	05/05/2016	24/05/2016	16
0012080-24.2016.4.02.5050	UNIÃO	16/05/2016	23/05/2016	17
0000699-63.2009.4.02.5050	INSS	26/04/2016	05/05/2016	35
0004748-11.2013.4.02.5050	INSS	09/05/2016	18/05/2016	22
0007582-79.2016.4.02.5050	PFN	03/05/2016	19/05/2016	21

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 09/06/2016.

➔ SUSPENSÃO DE PROCESSOS:CÍVEIS

a) Total de processos suspensos (em 08/06/2016):

. Cíveis: 7.643

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

CÍVEL:

a) Aguarda decisão de instância superior: 6.955

00029078820074025050 – Determinada suspensão do feito pela decisão de 19/12/2008, diante do reconhecimento de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário n.º 561.908-7 pelo STF. **Equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”**.

00012987020074025050 - Determinada suspensão do feito pela decisão de 22/09/2008, diante do reconhecimento de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário n.º 561.908-7 pelo STF. **Equivocadamente cadastrada como**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”. Outrossim, há decisão em 19/07/2013 determinando o declínio de competência. Necessita regularização.

00007717420144025050 - Determinada suspensão do feito pela decisão de 27/02/2014, diante do reconhecimento de Repercussão Geral no Recurso Especial nº 1.381.638-PE pelo STJ. **Equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”.**

01010299220144025050 - Determinada suspensão do feito pela decisão de 28/02/2014, diante do reconhecimento de Repercussão Geral no Recurso Especial nº 1.381.638-PE pelo STJ. **Equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”.**

01021367420144025050 - Determinada suspensão do feito pela decisão de 12/03/2014, diante do reconhecimento de Repercussão Geral no Recurso Especial nº 1.381.638-PE pelo STJ. **Equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”.**

b) Cumprimento Precatório/RPV: 16

00052081320044025050 – Despacho em 07/11/2014, informando que o valor depositado estará disponível para saque a partir de 12/11/2014. **S. m. j., não foi localizada decisão determinando a suspensão. Outrossim, diante do tempo decorrido desde a disponibilização dos valores, verificar se subsiste motivo para a suspensão.**

00019978520124025050 – Determinada a suspensão do feito pela decisão de 25/06/2015, até o depósito do valor do precatório pelo TRF2.

00005766020124025050 - Determinada a suspensão do feito pela decisão de 25/06/2015, até o depósito do valor do precatório pelo TRF2.

00042744520104025050 - Despacho em 03/07/2015, informando que o valor depositado estará disponível para saque a partir de 08/07/2015. **S. m. j., não foi localizada decisão determinando a suspensão. Outrossim, diante do tempo**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

decorrido desde a disponibilização dos valores, verificar se subsiste motivo para a suspensão.

00064226320094025050 - Determinada a suspensão do feito pela decisão de 06/10/2015, até o depósito do valor do precatório pelo TRF2.

c) Outros – fase conhecimento: 03

01126630420154025001 – Determinada a suspensão do feito, em 23/02/2016, nos termos do art. 104 do Código de Defesa do Consumidor.

01126812520154025001 - Determinada a suspensão do feito, em 23/02/2016, nos termos do art. 104 do Código de Defesa do Consumidor.

01126916920154025001 - Determinada a suspensão do feito, em 23/02/2016, nos termos do art. 104 do Código de Defesa do Consumidor.

d) Outros – fase /processo de execução: 01

00052968020064025050 – Determinada a suspensão do feito pelo prazo de 60 dias, pela decisão de 13/01/2015. **Não foi cadastrada a data final da suspensão. Diante do tempo decorrido, verificar se subsiste motivo para suspensão.**

e) Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC: 640

00017556320114025050 – Determinada a suspensão pela decisão de 15/03/2012, ate decisão definitiva no RE 661.256.

00040232720104025050 - Determinada a suspensão pela decisão de 15/03/2012, ate decisão definitiva no RE 661.256.

00037802520064025050 - Determinada a suspensão pela decisão de 02/07/2013, ate decisão definitiva no RE 593.068/SC.

01336631020154025050 - Determinada a suspensão pela decisão de 25/02/2014, até decisão definitiva no REsp 1.381.683/PE. **Equivocadamente cadastrada como “Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC”, ao invés do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00005399120164025050 - Determinada a suspensão pela decisão de 12/01/2016, ate decisão definitiva no REsp 1.381.683/PE. **Equivocadamente cadastrada como “Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC”, ao invés do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”**.

f) Suspenso aguardando julgamento/recurso: 01

00013645020074025050 – Ato ordinatório em 27/01/2010, a fim de que sejam observadas as disposições do art. 543-B e §§ do CPC. **Equivocadamente cadastrada como “Suspenso aguardando julgamento/recurso”, ao invés do motivo específico “Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º)”**.

g) Vazias: 27

00071217820144025050 – Determinada a suspensão do feito em 18/12/2014, até decisão definitiva no REsp 1.381.683/PE. **Necessário cadastramento do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”**.

01167516920144025050 - Determinada a suspensão do feito em 18/12/2014, até decisão definitiva no REsp 1.381.683/PE. **Necessário cadastramento do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”**.

01167871420144025050 - Determinada a suspensão do feito em 19/12/2014, até decisão definitiva no REsp 1.381.683/PE. **Necessário cadastramento do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”**.

01168417720144025050 - Determinada a suspensão do feito em 18/12/2014, até decisão definitiva no REsp 1.381.683/PE. **Necessário cadastramento do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”**.

01169205620144025050 - Determinada a suspensão do feito em 18/12/2014, até decisão definitiva no REsp 1.381.683/PE. **Necessário cadastramento do motivo específico “Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º)”**.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 08/06/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 13/06/2016.**

➔ SENTENÇAS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 2.607

- a. Convertida em diligência: 218
- b. Convertido o julgamento em diligência: 176
- c. Designa perícia médica: 02
- d. Embargos de declaração:
 - i. Acolhidos: 16
 - ii. Acolhidos em parte: 06
 - iii. Não conhecidos: 02
 - iv. Rejeitados: 31
- e. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 402
 - ii. Declarada decadência ou prescrição: 03
 - iii. Embargos de declaração acolhidos: 15
 - iv. Embargos de declaração acolhidos em parte: 05
 - v. Embargos de declaração não acolhidos: 21
 - vi. Homologada a transação: 178
 - vii. Homologada renúncia pelo autor: 02
 - viii. Julgado improcedente o pedido: 136
 - ix. Julgado procedente em parte o pedido: 160
 - x. Julgado procedente o pedido: 194
 - xi. Julgado procedente o pedido – reconhecimento pelo réu: 04
 - xii. Pedido improcedente: 155
 - xiii. Pedido procedente: 172
 - xiv. Pedido procedente com tutela deferida: 43
 - xv. Pedido procedente com tutela deferida parcialmente: 01
 - xvi. Pedido procedente em parte: 145
 - xvii. Pedido procedente em parte com tutela deferida: 18
 - xviii. Reconhecida prescrição/decadência: 07
 - xix. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 06
- f. Sem resolução de mérito:
 - i. Sem resolução de mérito: 230
 - ii. Desistência da ação: 42



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- iii. Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 20
- iv. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 22
- v. Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 62
- vi. Extinto o processo por desistência: 29
- vii. Extinto o processo por preempção, litispendência ou coisa julgada: 27
- viii. Extinto o processo por ser a ação intransmissível: 01
- ix. Indeferida a petição inicial: 09

g. Vazias: 47

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0004339-35.2013.4.02.5050
0004351-49.2013.4.02.5050
0004363-63.2013.4.02.5050
0004545-65.2014.4.02.5001
0004371-74.2012.4.02.5050

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

0124496-66.2015.4.02.5050
0124513-05.2015.4.02.5050
0124540-85.2015.4.02.5050



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0124549-47.2015.4.02.5050

0121596-13.2015.4.02.5050

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0126107-07.2015.4.02.5001: consta tipo “B1” no corpo da sentença.

0126594-24.2015.4.02.5050

0126598-61.2015.4.02.5050

0126600-31.2015.4.02.5050

0126716-87.2015.4.02.5001

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0000321-97.2015.4.02.5050

0000246-58.2015.4.02.5050

0000258-72.2015.4.02.5050

0000273-41.2015.4.02.5050

0000284-70.2015.4.02.5050

5. Vazias:

01036690520134025050: campo ‘tipo’ não preenchido quando do registro do movimento ‘conclusão para sentença’ em 25 de outubro de 2013. Obs.: não se trata de sentença, uma vez que o processo foi convertido em diligência. Entretanto, como foi aberta conclusão para sentença e o campo “tipo” não foi preenchido, o processo figurou na relação de sentenças vazias.

00029172520134025050: campo ‘tipo’ não preenchido quando do registro do movimento ‘conclusão para sentença’ em 25 de outubro de 2013.

00032480720134025050: campo ‘tipo’ não preenchido quando do registro do movimento ‘conclusão para sentença’ em 07 de outubro de 2013. Obs.: não se trata de sentença, uma vez que o processo foi convertido em diligência. Entretanto, como foi aberta conclusão para sentença e o campo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“tipo” não foi preenchido, o processo figurou na relação de sentenças vazias.

00034715720134025050: **campo ‘tipo’ não preenchido quando do registro do movimento ‘conclusão para sentença’ em 05 de novembro de 2013.**

00034395220134025050: **campo ‘tipo’ não preenchido quando do registro do movimento ‘conclusão para sentença’ em 05 de novembro de 2013.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 16/06/2016.**

➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os feitos com prioridade legal são observados no tocante à sua tramitação, utilizando-se as ferramentas disponíveis no SIAPRO-APOLO, dentre as quais os identificadores eletrônicos e alimentação dos respectivos cadastros eletrônicos.”

➔ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição:

“A Diretora de Secretaria, na data de início de vigência do novo Código de Processo Civil, divulgou listas com ordem cronológica de processos conclusos para sentença por magistrado, disponibilizando-os para acesso eletrônico a todos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

no juizado e, paralelamente, disponibilizou vias no balcão para consulta das partes nas quais são marcados periodicamente os processos que já foram sentenciados.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.1 e 3.3.4.

→ EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	385	385
	Total		385	385

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 20/06/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/06/2015 A 31/05/2016):

(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 09
- b. Eletrônicos: 985
- c. Total de requisições: 994
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 191 dias.

- RPV's: 971

- . Cadastrados: 141
- . Conferidos: 12
- . Enviados: 818



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Precatórios (Parcela única): 23

- . Cadastrados: 06
- . Conferidos: 02
- . Enviados: 15

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 08/06/2016.

→ GRANDES DÉBITOS
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Não se aplica.

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Não se aplica

→ LEILÕES
(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Não se aplica.

→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

A Vara não possui nenhum registro no relatório de bens penhorados.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 08/06/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS:**

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

Total de itens acautelados/apreendidos – registros ativos: 69.

Total de itens acautelados/apreendidos – registros baixados: 39.

Não foram analisados processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado e consultas ao Apolo, **posição até 13/06/2016.**

→ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**

(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“O fenômeno da virtualização processual delegou ao próprio sistema informatizado a tarefa de se organizar as pastas, agora eletrônicas. Utiliza-se para os parques registros físicos, em especial remessas, o expediente de folhas soltas em pastas suspensas, gerando economia de espaço e material.”

Fonte: Questionário pré-correição.

→ **ESPAÇO FÍSICO**

De acordo com o Questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“4. ESPAÇO FÍSICO

Com a virtualização dos processos, pouco há que se considerar. É bem verdade que a poluição visual diminuiu, e em contrapartida os espaços de circulação aumentaram. Assim, o ambiente fica mais agradável e a tendência é o reflexo na produtividade como um todo.”

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/01006).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

Metas de curto prazo (3 meses): sentenciar todos os processos distribuídos até 31/12/2013.

Metas de médio prazo (6 meses): sentenciar todos os processos distribuídos até 01/06/2014.

Metas de longo prazo (1 ano): sentenciar todos os processos distribuídos até 01/06/2015.

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Ini Martha da Silva, Mat. n.º 11.953

Isabelle Habib Oliveira, Mat. n.º 11.750

Taissa Souza Medeiros, Mat. n.º 15.567

Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777